

AUTORIA FEMININA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Fernanda Henrique Fraga

(Graduanda em Letras - UNIRIO)

Resumo

Quando se trata da autoria das leituras oferecidas aos alunos na educação básica, é natural se recorrer ao livro didático como fonte de pesquisa, pois esse é, muitas vezes, uma das principais ferramentas - quando não é a única - no que diz respeito à apresentação e difusão de textos no meio escolar. Não é diferente no ensino fundamental II, etapa da educação amplamente ligada à leitura e produção textual. Mas qual é a importância de se pensar essa questão da autoria no ensino básico, especialmente no ensino fundamental II? Indo além da representatividade, o artigo busca apresentar uma das inúmeras possíveis respostas para essa pergunta, visando à autoria feminina e se apoiando em um levantamento de dados feito no livro didático *Português: linguagens - 6º ano*, de Willian Cereja e Theresa Cochar.

Palavras-chave: Livro didático. Autoria feminina. Ensino fundamental II.

O texto a seguir faz parte da minha pesquisa de Iniciação Científica "A autoria feminina no livro didático do ensino fundamental II".¹ A pesquisa completa contará com uma parte dedicada aos dados do que foi escolhido como seu objeto, o livro didático *Português: Linguagens - 6º ano*, de Willian Cereja e Theresa Cochar, Editora Saraiva. No presente artigo, serão apresentadas algumas considerações que antecedem os já citados dados, cuja exclusão quase total pede algumas alterações no texto.

Leitura no livro didático do ensino fundamental II: por que pesquisar isso?

Os livros didáticos do ensino fundamental II apresentam, em sua maioria, um grande número de textos, verbais e não verbais, literários e não-literários, que objetivam promover o ensino de leitura, produção textual e de saberes linguísticos e gramaticais. Mesmo que, comumente, um número razoável desses textos possa servir como pretexto para ensinamentos gramaticais, não sendo realmente analisados como uma unidade de sentido, conteúdo e discurso; a compreensão e interpretação costumam ser muito exploradas nesses livros didáticos. Essa característica se perde, muitas vezes, no ensino médio, onde ocorre, com certa frequência, foco na história da literatura, ao passo que a leitura e a produção textual perdem espaço. Mesmo assim, por ser esse o momento da educação básica onde se inicia, em geral, o estudo oficial da literatura, que passa a ser uma matéria separada de

¹ Pesquisa sob bolsa-auxílio da PROPGPI e orientação da professora Maria José Cardoso Lemos.

"Língua portuguesa", o ensino médio costuma ser a etapa de ensino mais escolhida para o trabalho com textos, literatura e autoria.

É sabido também que o ensino fundamental é considerado uma das grandes bases da educação do aluno, participando amplamente da formação de sua bagagem e percepção de mundo, sendo, muitas vezes, um fator decisivo no caminho educacional que será trilhado pelo estudante. De acordo com a "Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB)", no "Capítulo II – Da Educação básica", "Seção III – Do Ensino Fundamental", "Art. 32.",

O ensino fundamental obrigatório [...] terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2017, p. 23).

Muitos estudos e linhas de pensamento enfatizam o papel da leitura na formação do indivíduo e do cidadão, na sua forma de ver o mundo e a sociedade e de se relacionar com eles. Paulo Freire, bell hooks, Vincent Jouve, Jorge Larrosa, Aracy Alves Martins, Nilma Lino Gomes e Leonice dos Santos são apenas alguns exemplos de estudiosos de diferentes tendências que abraçam essa perspectiva e entendem sua relevância, a partir de diferentes focos. Assim, se a leitura no ensino fundamental, bem como outros estudos, deve visar aos objetivos considerados acima para a etapa de ensino – além de poder atingir tais objetivos por si só, de acordo com a já citadas acima linhas de pensamento -, sua importância na vida dos estudantes e da sociedade é grande. Dessa forma, se faz também importante e necessário olhar para a disposição de textos e abordagens que é oferecida aos discentes, o que ocorre muitas vezes através do livro didático.

A partir dessa necessidade, estudos sob diferentes perspectivas podem ser desenvolvidos. Aqui, a questão que me motiva é a autoria feminina, entendida, ao longo do artigo, como, simplesmente, autoria de mulheres. Poderia ser autoria de determinada etnia, nacionalidade, classe social etc.

Um levantamento feito por mim no já mencionado livro didático *Português: Linguagens – 6º ano*, mostra que, dos seus 232 textos (verbais e não verbais,

literários e não-literários), 63% (146 textos) são de autoria masculina. 24% (56 textos) não têm autoria de uma pessoa física, mas de uma entidade, como jornais, instituições, editoras e empresas (esses são, na sua maioria, propagandas, anúncios, piadas, trechos de revistas). Apenas 9,5% dos textos (22) são de autoria feminina. 3,5% dos textos (8) se encaixam em outros casos.² O escasso número de textos de autoria feminina no livro em questão (o mais distribuído de Língua Portuguesa no PNLD de 2017, do ensino fundamental II, com 5.792.929 exemplares - o segundo mais distribuído contou com apenas 1.108.198 exemplares) é evidente e oferece, por si só, um tipo de leitura, visto que o livro didático, sendo uma rede de textos, também é compreendido e interpretado como um todo.

Maria do Socorro Sarmiento, em seu trabalho de conclusão de curso "Literatura no livro didático: reflexões sobre o cânone", mostra que isso se dá por conta dos livros didáticos servirem "como referência de apresentação do cânone literário" (SARMENTO, 2019, p. 14). Zahidé Lupinacci Muzart, professora universitária, pesquisadora e historiadora literária feminista, explica que esse cânone, por sua vez, foi constituído sob um pensamento que via a literatura de autoria feminina como insignificante, a maior parte das vezes indigna de pertencer a um grupo de obras consideradas importantes, mesmo que determinadas autoras pudessem ser amplamente reconhecidas pela crítica de suas épocas. Quando o preconceito de gênero permitia que poucas autoras entrassem para o cânone literário, era, geralmente, sob determinações do que era socialmente aceito para mulheres e sua escrita, e sob um olhar inferiorizante, que não encarava os escritos de uma mulher como sérios e/ou tão bons quanto os de um homem (MUZART, 2016). É imprescindível notar como essa questão do cânone merece atenção, visto que sua formação "tem uma função específica: preservar uma estrutura de valores que seja considerada como fundamental seja para o indivíduo ou para o grupo; esses valores constituem uma norma, sob a qual este ou aquele se guia." (CORRÊA, 1995, p. 324 apud SARMENTO, 2019, p. 11).³ O Cânone é entendido como "norma ou regra e, por consequência, transforma-se em modelo [...], uma vez que essas obras destinam-se ao estudo ou à imitação (MOREIRA, 2003)." (SARMENTO, 2019, p. 4 e

² Os números das porcentagens foram arredondados.

³ Alamir Aquino Corrêa é professor associado de Teoria da Literatura e Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Londrina e atua em diferentes áreas ligadas à literatura, entre elas, História Literária.

5).⁴ Dessa forma, é importante pensar sobre a "seleção feita por livros didáticos para apresentar o que se considera um conjunto de textos indispensáveis a leitores em formação." (SARMENTO, 2019, p. 5). É interessante como a desigualdade de gênero se apresenta não só em relação à literatura nos livros didáticos, mas em relação a outras artes, como os quadrinhos (não considerados literatura por muitos) e pinturas. Já textos não-literários, como, por exemplo, artigos, pesquisas e receitas, apresentam uma proporção um pouco maior de autoras mulheres.

Mas, afinal, qual é a importância de apresentar aos alunos textos de autoria feminina? Muitos docentes que não têm contato com o assunto podem restringir sua visão apenas à questão da representatividade feminina no meio autoral, o que seria importante para alunas verem que podem ocupar esse lugar. A declaração não é equivocada, obviamente, mas é apenas isso? No mais, como colocar tais textos para os estudantes?

Construção de um indivíduo

O francês Vincent Jouve, professor universitário e estudioso e pesquisador de literatura, leitura e leitura literária, desenvolveu conhecidos estudos nessas áreas. No capítulo "A leitura como retorno a si: sobre o interesse pedagógico das leituras subjetivas", de seu livro *Leitura subjetiva e ensino de literatura*, defende que "cada um projeta um pouco de si na sua leitura, por isso a relação com a obra não significa somente sair de si, mas também retornar para si." (JOUVE, 2013, p. 53). Acredita que "A leitura de um texto também é sempre leitura do sujeito por ele mesmo, [...] não somente abertura para a alteridade, mas também, exploração quase construção de sua própria identidade" (Id. Ibid., p. 53). Ao longo do capítulo, Jouve demonstra como a subjetividade é tanto requerida na leitura como também ocorre de forma "acidental", tanto no plano intelectual como no plano afetivo, que são "Os planos que se consideram tradicionalmente como constitutivos do ato de leitura" (Id. Ibid., p. 54). Esses processos subjetivos, explica, trazem à tona experiências, vivências, posicionamentos, pontos de vista, personalidade, conhecimento etc do leitor, fazendo com que com esse acesse, no fim das contas, a si mesmo e se confronte, de uma forma ou de outra.

⁴ Maria Eunice Moreira é professora titular da Escola de Humanidades - Letras da PUC - RS e, entre suas linhas de pesquisa, todas na área de literatura, encontram-se: Literatura, memória e História; História da Literatura; Revisão dos Pressupostos da Teoria da Literatura e Análise de Autores.

Através de afirmações, negações, questionamentos, percepções, escolhas, entre outros no objeto de leitura e em si mesmo, o leitor passa, então, por essa construção de si e dos seus valores. No contexto da educação, a boa mediação de leitura feita por professores pode contribuir bastante para que essa construção aconteça, e da melhor forma. A escolha, por exemplo, de um texto que converse com seus leitores possibilitará, provavelmente, maiores oportunidades de conexão entre leitor e texto. Como essas conexões serão encaminhadas e trabalhadas com os alunos é, juntamente, um fator importante. Essas, entre outras questões, fazem parte também do papel formador de indivíduos que a leitura pode exercer.

Esses processos subjetivos de que Jouve fala são regidos por inúmeros fatores, principalmente, pelo que o texto apresenta ao leitor. Assim, quanto maiores as possibilidades e variedades de leitura e visões, maiores as possibilidades e variedades no acesso e confronto a si mesmo, portanto, na construção de si como pessoa e cidadão.

Com isso em mente, passemos, então, à discussão de um dos pontos da importância do contato com a escrita feminina na educação básica.

A escrita feminina

A estudiosa de literatura e poeta carioca Ana Cristina Cesar nos apresenta diferentes visões sobre o que seria a literatura feminina. No seu ensaio "Literatura e mulher: essa palavra de luxo", 1979, a autora mostra que se, por um lado, muitos estudiosos pregaram/pregam que a literatura feminina apresenta uma essência feminina natural - associada à beleza, suavidade, elevação, nebulosidade, sentimentalismo, estilo intimista e despreocupado quanto a formalidades estruturais -, outros, como o sociólogo francês Roger Bastide, acreditam que "o Feminino só existe na sexualidade. Em todos os outros aspectos da vida é o social que domina, é o ser construído pela cultura do meio e da época." (BASTIDE, 1949 apud CESAR, 1999, p. 227). Ele pontua ainda que "a sociologia nos mostra que as diferenças entre os sexos são mais diferenças culturais, de educação, do que diferenças físicas." (Id. Ibid.). Por essa linha de pensamento, se poderia concluir que não existe uma literatura de mulher ou perspectivas de mulher - assim como de homem - que não fossem construções sociais, ao invés de algo natural e intrínseco de cada sexo. A autora explica, por exemplo, como, dependendo da época e do contexto, diferentes características podem ser consideradas como constituintes da literatura ou

perspectiva(s) de homem ou de mulher, como exemplifica ao comparar o que se entendia como literatura de mulher nos tempos de Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa e o que se entendia como literatura de mulher nos anos 80 - momento em que escreve (CESAR, 1999).

No entanto, já no ensaio "Riocorrente, depois de Eva e Adão...", 1982, Cesar explica como Bastide, na verdade, por considerar o feminino apenas como uma construção social, não vê diferença alguma entre textos escritos por homens e mulheres. Assim, a autora traz a seguinte questão à tona: até que ponto não acreditar na existência de uma escrita feminina não poderia levar a uma negligência com a história e contexto dessa escrita, que sofreu inúmeras imposições de como deveria ser ao longo do tempo? Outros questionamentos vão surgindo: ver algo de "especial" em textos de autoria feminina, por outro lado, não seria uma forma de segregação preconceituosa e de afirmação dessa diferença essencial da literatura feminina? "Seria possível mexer com 'literatura de mulher' (seja lá o que isso for)" (CESAR, 1999, p. 244) sem cair nos lugares da inexistência de diferença ou do essencialismo literário feminino? O que é o feminino, afinal? Ana Cristina também nos mostra o raciocínio de que o feminino e o masculino, esses conjuntos de características, não estariam presos, pelo menos na literatura, à mulher e ao homem. Dessa forma, literatura feminina e literatura escrita por mulher não seriam a mesma coisa. Dentro dessa perspectiva, há de se ver, então, como pensar os textos não mais femininos, mas de autoria de mulher (CESAR, 1999).

Fica claro como a questão da literatura feminina pode ser complexa, vista de diferentes formas e não ter uma resposta fixa. Estendendo essas reflexões também ao não-literário e não verbal, pergunta-se, assim, se é possível o trabalho em sala de aula com textos de autoria feminina – ainda aqui entendida como, simplesmente, autoria de mulher. Esse estudo não visa a responder às questões propostas acima, mas, partindo do pressuposto de que é inegável que construções sociais a respeito do masculino e do feminino - assim como a respeito de inúmeros conceitos - existem, representem elas parte ou o total das noções desses, mostrar como esse trabalho em sala de aula é importante.

Cada texto, sendo produzido por uma pessoa que está sob a influência social de como grande parte das coisas deve ser, vai trazer algum tipo de visão dessa realidade. Cada leitor, por sua vez, também sob essa influência, pode se relacionar com o texto de diferentes formas. O leitor, então, ao ter contato com textos de

autoria feminina pode se deparar com uma produção que se enquadra no que era/é esperado para a socialmente construída - parcial ou totalmente - escrita de mulher ou com uma produção que não se enquadra nesse esperado, do passado ou do presente. A partir daí, em contato com determinadas perspectivas, temáticas, formas de se expressar, entre outros, o leitor pode se identificar ou não, se surpreender ou não com as mesmas, experimentando uma pluralidade de visões. E no processo de volta a si mesmo está uma ótima oportunidade para esse leitor, enquanto aluno, ser conduzido, além de por si mesmo, à reflexão acerca das determinações sociais para homens e mulheres, não apenas no contexto da produção textual, mas da vida. Essa reflexão com base no que o aluno estabeleceu algum tipo de conexão pessoal; no que o aluno, na prática, percebeu, é uma das formas de a leitura cumprir papel de ajudante na construção do indivíduo e do cidadão. Ademais, essa forma de abordagem pode ser estendida à escrita de autoria masculina, bem como a diversos outros assuntos. Afinal, é a partir do contato com visões variadas que o leitor poderá enxergar o mundo a partir de perspectivas outras e do outro, oferecendo a esse último, não necessariamente concordância, mas cada vez mais compreensão, empatia e respeito.

O assunto aqui explorado pode ainda ser analisado sob outras perspectivas, que por renderem páginas e mais páginas, serão apenas citadas por enquanto, como a do ensino que preze pela diversidade; do ensino multicultural; da intertextualidade; do conteúdo textual, não apenas a autoria; do cânone literário e das possibilidades de diferenças de percepção do feminino e seus estudos, por conta de classe, etnia, nacionalidade, gênero, entre outros. Dessa forma, o trabalho desenvolvido apresenta apenas uma das razões que mostram por que é importante oferecer aos alunos textos não só de autoria feminina, mas que contemplem diferentes autorias, conteúdos e formas de expressão.

Bibliografia

BRASIL. Seção III – Do Ensino Fundamental. In: BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, 2017.

CEREJA, Willian Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens – 6º ano*. 9ª edição reformulada. São Paulo: Saraiva, 2015.

CESAR, Ana Cristina. *Crítica e tradução*. São Paulo: Ática, 1999.

JOUVE, Vincent. A leitura como retorno a si: sobre o interesse pedagógico das leituras subjetivas. In: JOUVE, Vincent. *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: BORGES, Luciana. RAMOS, Tânia Regina Oliveira. RODRIGUES, Carla (org.). *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

SARMENTO, Maria do Socorro Abrantes. *Literatura no livro didático: reflexões sobre o cânone*. Trabalho de Conclusão de Curso. Paraíba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2019.